

Tabelamento anual de juros em 12% deve ser eliminado

BRASÍLIA - O fim do tabelamento dos juros reais em 12% ao ano é uma das prioridades do governo Itamar Franco para a reforma da Constituição, marcada para outubro de 1993, informou ontem o ministro do Planejamento, Paulo Haddad. Outra prioridade é o fortalecimento do Banco Central, com o estabelecimento de mandato fixo para a sua diretoria, limitação de suas funções ao modelo clássico e a determinação de controlar com rigidez a atuação dos bancos federais e estaduais. Segundo Haddad, o tabelamento de juros previsto na Constituição é um equívoco que deve ser sanado.

O reforço do papel clássico do BC deverá se dar no quadro da regulamentação do artigo 192 da Constituição, que trata do sistema financeiro nacional. De acordo com o documento que traça as diretrizes de curto prazo, essa regulamentação será negociada com a Comissão Especial da Câmara dos Deputados, que já discute um projeto de autoria do prefeito eleito do Rio de Janeiro, deputado César Maia. O governo não quer deixar que a ação dos bancos oficiais prejudique a política monetária, por meio da emissão forçada de moeda. Os bancos estaduais terão de cumprir metas de liquidez e de saneamento financeiro, deixando de emprestar recursos a seus controladores - os Tesouros estaduais -, e limitando suas agências às áreas imprescindíveis.

Os bancos federais não terão privilégios, segundo Haddad. O documento chega a insinuar que alguns poderão ser vendidos, mas o ministro do Planejamento não quis confirmar essa intenção.